

15º SIMULADO

TJ RJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

15º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-20-06-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO**Feliz por nada**

Geralmente, quando uma pessoa exclama “Estou tão feliz!”, é porque engatou um novo amor, conseguiu uma promoção, ganhou uma bolsa de estudos, perdeu os quilos que precisava ou algo do tipo. Há sempre um porquê. Eu costumo torcer para que essa felicidade dure um bom tempo, mas sei que as novidades envelhecem e que não é seguro se sentir feliz apenas por atingimento de metas. Muito melhor ser feliz por nada.

Feliz por estar com dívidas pagas. Feliz porque alguém o elogiou. Feliz porque existe uma perspectiva de viagem daqui a alguns meses. Feliz porque você não magoou ninguém hoje. Feliz porque daqui a pouco será hora de dormir e não há lugar no mundo mais acolhedor do que sua cama. Mesmo sendo motivos prosaicos, isso ainda é ser feliz por muito.

Feliz por nada, nada mesmo? Talvez passe pela total despreocupação com essa busca.

Particularmente, gosto de quem tem compromisso com a alegria, que procura relativizar as chatices diárias e se concentrar no que importa pra valer, e assim alivia o seu cotidiano e não atormenta o dos outros. Mas não estando alegre, é possível ser feliz também. Não estando “realizado”, também. Estando triste, felicíssimo igual. Porque felicidade é calma. Consciência. É ter talento para aturar o inevitável, é tirar algum proveito do imprevisto, é ficar debochadamente assombrado consigo próprio: como é que eu me meti nessa, como é que foi acontecer comigo? Pois é, são os efeitos colaterais de estar vivo.

Benditos os que conseguem se deixar em paz. Os que não se cobram por não terem cumprido suas resoluções, que não se culpam por terem falhado, não se torturam por terem sido contraditórios, não se punem por não terem sido perfeitos. Apenas fazem o melhor que podem.

Se é para ser mestre em alguma coisa, então que sejamos mestres em nos libertar da patrulha do pensamento. De querer se adequar à sociedade e ao mesmo tempo ser livre. Adequação à sociedade e liberdade simultaneamente? É uma senhora ambição. Demanda a energia de uma usina. Para que se consumir tanto?

A vida não é um questionário. Você não precisa ter que responder ao mundo quais são suas qualidades, sua cor preferida, seu prato favorito, que bicho seria. Que

mania de se autoconhecer. Chega de se autoconhecer. Você é o que é, um imperfeito bem-intencionado e que muda de opinião sem a menor culpa.

Ser feliz por nada talvez seja isso.

(Martha Medeiros)

01. Com base no texto, é possível afirmar que existe uma oposição entre as seguintes ideias:

- a) “libertação da patrulha do pensamento” e “adequação à sociedade”
- b) “engatar um novo amor” e “ganhar uma bolsa de estudos”
- c) “responder ao mundo quais são suas qualidades” e “responder ao mundo que bicho seria”
- d) “compromisso com a alegria” e “relativizar as chatices diárias”
- e) “atingimento de metas” e “despreocupação com essa busca”

02. A ideia que resume a visão de felicidade defendida pela autora é:

- a) Ter um novo amor ou conquistar objetivos traçados.
- b) Ter uma cama acolhedora para dormir.
- c) Não se preocupar em ficar com buscas incessantes.
- d) Esforçar-se para a felicidade dure um bom tempo.
- e) Ter uma vida como se fosse um questionário preenchido.

03. Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical do trecho a seguir, caso a palavra “Portanto” em “É importante destacar que no início do movimento, os artistas ficavam no anonimato. Portanto, era relevante naquela época a produção em si e não saber quem era o auto dela” fosse substituída por

- a) **Logo.**
- b) **Mas.**
- c) **todavia.**
- d) **Entretanto.**
- e) **Porque.**

04. No trecho a seguir, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical “É importante dar assistência a todos os pacientes. Para que isso seja praticável, será necessária a implantação de hospitais de campanha, além de apoio efetivo ao treinamento de equipes de saúde”, as palavras “praticável” e “efetivo” poderiam ser substituídas, respectivamente, por

- a) **profícuo e real.**
- b) **factível e duvidoso.**
- c) **executável e verdadeiro.**
- d) **imaginável e completo.**
- e) **exequível e iminente.**

05. “Dessa forma, um parlamentar é representativo se seus atos refletem a vontade do eleitorado que o elegeu”.

A correção gramatical e os sentidos do trecho seriam preservados caso a expressão “se” fosse substituída por

- a) embora.
- b) Ao passo que.
- c) enquanto.
- d) bem como.
- e) quando.

06. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita do trecho “devido à sua rigidez religiosa, intolerância e grande dificuldade em entender as diversidades”. Assinale a opção em que a reescrita, além de manter o sentido da informação originalmente apresentada, também preserva a correção gramatical da oração:

- a) devido à sua rigidez religiosa, a intolerância e a grande dificuldade em entender as diversidades
- b) devido sua rigidez religiosa, intolerância e grande dificuldade em entender as diversidades
- c) devido à sua rigidez religiosa, à intolerância e à grande dificuldade em entender as diversidades
- d) devido à sua rigidez religiosa, à intolerância e grande dificuldade em entender as diversidades
- e) devido sua rigidez religiosa, a intolerância e a grande dificuldade em entender as diversidades

07. “Para romper com o paradigma epistemológico, articulam-se concepções filosóficas que propõem uma nova reflexão aos aspectos existenciais”.

No trecho, a expressão “concepções filosóficas” é

- a) sujeito paciente de “articulam-se”
- b) sujeito de “propõem”
- c) complemento de “articulam-se”
- d) agente da ação expressa por “articulam-se”
- e) sujeito sintático de “articulam-se” e de “propõem”

08. A oração que mantém o sentido e a correção gramatical, mesmo se o trecho fosse substituído é:

- a) “É a época da II Guerra. Receando-se o ataque inimigo...” por **Se receando.**
- b) “Tinha-se esquecido de dar o recado” por **tinha esquecido-se.**
- c) “Não me queriam iludir” por **queriam-me iludir.**
- d) “Moraliza-se a natureza, finge-se acreditar, e decreta-se antiético...” por **se decreta.**
- e) “Se poderia pensar que ele havia cedido ao apelo...” por **poderia-se pensar.**

09. As vírgulas empregadas no trecho “Marco Maciel, primeiro ministro da educação da Nova República, que liderou a reforma do ensino...”

- a) indicam um adjunto adverbial deslocado.
- b) Separam o vocativo.
- c) isolam orações coordenadas
- d) indicam a ocorrência de discurso indireto livre.
- e) isolam um aposto.

10. “Maia chama ato contra STF de cena absurda causada por vândalos” (FSP, 16/6/2020)

Na manchete do jornal, o presente do indicativo empregado tem a intenção de:

- a) narrar a fala do presidente do congresso.
- b) atenuar o tom imperativo da notícia.
- c) expressar ação habitual atribuída à autoridade.
- d) expressar a atualidade do fato enunciado na manchete.
- e) chamar atenção para fatos que irão acontecer.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**Marcos Girão**

11. Segundo a LODERJ, o Presidente do Tribunal de Justiça é o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sendo suas atribuições, EXCETO:

- a) aplicar medidas disciplinares de sua competência apenas a servidores.
- b) dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as eleições para os cargos de direção e as sessões do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura.
- c) prover os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.
- d) designar Juízes para substituição, acumulação ou auxílio na primeira instância.
- e) organizar tabela de substituição de magistrados em casos de suspeições e faltas ocasionais.

12. Conforme a LODERJ, a incumbência de promover, de ofício ou mediante representação, investigação preliminar em face de magistrado de primeiro grau, determinando o seu arquivamento quando não configurada infração disciplinar ou ilícito penal é dp:

- a) 1º Vice-Presidente.
- b) 2º Vice-Presidente.
- c) 3º Vice-Presidente.
- d) Tribunal Pleno.
- e) Corregedor-Geral.

13. Quanto à Lei n.º 4.620/2005, marque a alternativa incorreta:

- a) O Quadro Único de Pessoal compreende os cargos de provimento efetivo, organizados em carreira e de provimento em comissão.
- b) A direção de serventia judicial de primeira instância é privativa do titular de cargo de Analista Judiciário da Área Judiciária, que integrar a última classe e padrão da carreira, na forma disposta em Regulamento.

c) É serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo, criado por lei e remunerado pelo erário estadual.

d) As carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária constituem-se dos cargos de provimento efetivo, com a mesma denominação, cuja estrutura, dividida em classes e padrões, em áreas distintas de atividade.

e) As atribuições dos cargos, nas áreas de atividade, serão descritas em Regulamento, bem como a distribuição de vagas do Quadro Único de Pessoal, observadas as atribuições específicas dos cargos anteriormente ocupados, sem prejuízo de seu novo enquadramento.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**Herbert Almeida**

14. José é servidor estadual e praticou, no exercício de suas funções, infração sujeita a penalidade de demissão. Nesse caso, nos termos do Decreto n.º 2.479/1975, é correto afirmar que

- a) a aplicação da pena de demissão deve ser obrigatoriamente precedida de processo administrativo disciplinar.
- b) o servidor poderá ser exonerado a pedido, mesmo antes da conclusão do processo administrativo disciplinar.
- c) o ato de demissão do servidor independe da menção à causa da penalidade.
- d) caso o servidor seja aposentado, a administração perde o direito de aplicar qualquer penalidade.
- e) o dirigente da unidade administrativa em que José é lotado é competente para a aplicação da penalidade de demissão.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração

- a) Ao Conselho da Magistratura
- b) Ao Tribunal Pleno
- c) Ao Órgão Especial
- d) Ao Presidente do Tribunal
- e) Ao próprio Corregedor-Geral da Justiça

16. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, das decisões ou atos administrativos do Corregedor-Geral da Justiça, caberá recurso administrativo, no prazo de 08 (oito) dias

- a) Ao Conselho da Magistratura
- b) Ao Tribunal Pleno
- c) Ao Órgão Especial
- d) Ao Presidente do Tribunal
- e) Corregedor-Geral da Justiça

17. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, os recursos interpostos contra as decisões dos Juízes de Direito que aplicarem penalidades disciplinares de advertência os seus servidores, serão apreciadas pelo

- a) Ao Conselho da Magistratura
- b) Ao Tribunal Pleno
- c) Ao Órgão Especial
- d) Ao Presidente do Tribunal
- e) Corregedor-Geral da Justiça

18. A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a

- a) supri-lo no prazo de 05 dias, cabendo exclusivamente ao Conselho da Magistratura a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.

b) supri-lo no prazo de 03 dias, cabendo exclusivamente ao Corregedor-Geral da Justiça a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.

c) supri-lo no prazo de 10 dias, cabendo exclusivamente ao Presidente do Tribunal a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.

d) supri-lo no prazo de 05 dias, cabendo exclusivamente ao 1º Vice-Presidente a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.

e) supri-lo no prazo de 03 dias, cabendo exclusivamente ao 1º Vice-Presidente a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. Sobre a realização de intervenções clínicas ou cirúrgicas a pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta, conforme o Estatuto da pessoa com deficiência:

a) A pessoa com deficiência pode ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.

b) Não se admite a realização de pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência.

c) É prescindível o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência para a realização de hospitalização.

d) O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela não pode ser suprido.

e) Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Derivada do grego êthos, que significa “hábito”, “costumes”, e ethos, que significa “morada” a palavra ética pode ser definida como um conjunto de valores que orientam o comportamento humano na sociedade. São características básicas e fundamentais em uma conduta ética, EXCETO:

- a) altruísmo.
- b) imoralidade.
- c) virtude.
- d) solidariedade.
- e) moralidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

21. Os órgãos são centros de competências, sem personalidade jurídica própria, que atuam, por meio dos agentes nele lotados, em nome da entidade política ou administrativa que a integram. Em relação à classificação dos órgãos públicos, quanto à posição estatal, analise:

- I. órgãos independentes são os originários da Constituição Federal, não possuindo qualquer subordinação hierárquica ou funcional.
- II. órgãos autônomos possuem ampla autonomia administrativa, financeira e técnica, caracterizando-se como órgãos diretivos, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle.
- III. órgãos superiores não gozam de autonomia administrativa nem financeira.

Está correto o que se afirma somente nos itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

22. A anulação consiste no desfazimento de um ato administrativo em decorrência de alguma ilegalidade. Já a revogação decorre de razões de conveniência ou oportunidade. A respeito do tema, é correto afirmar que:

- a) a anulação somente possui efeitos prospectivos, ou seja, para o futuro, não retroativos (*ex nunc*).
- b) a revogação possui efeitos retroativos, desfazendo os efeitos desde a emissão do ato inconveniente.
- c) tanto a anulação quanto a revogação podem ser feitas de ofício, pela própria autoridade administrativa, ou a requerimento da parte interessada.
- d) a anulação invalida o ato e todos os efeitos dele decorrentes, inclusive em relação aos terceiros de boa-fé.
- e) a revogação é sempre vinculada e deve ser devidamente justificada.

23. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pretende adquirir equipamentos fornecidos por representante comercial exclusivo, o que inviabiliza a realização de procedimento competitivo. A Lei nº 8.666/1993 apresenta como solução, para esse caso,

- a) a inexigibilidade de licitação, cujo processo deverá ser instruído com as razões da escolha do fornecedor, entre outros elementos.
- b) a dispensa de licitação, uma vez que se trata de hipótese expressamente prevista na legislação.
- c) a dispensa de licitação, desde que instruída com documentos que atestem a exclusividade do fornecedor.
- d) licitação na modalidade concorrência, vedada a dispensa ou inexigibilidade.
- e) impossibilidade de realização do procedimento licitatório, devendo a contratação seguir as mesmas regras do direito privado.

24. Os procedimentos licitatórios são regidos por vários princípios, entre os quais se destaca o da vinculação ao instrumento convocatório. Nesse sentido, a administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. A respeito do tema, assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Lei nº 8.666/1993:

- a) qualquer pessoa pode impugnar, perante a administração, o edital de licitação, a qualquer momento do procedimento.
- b) o edital pode ser impugnado por qualquer cidadão, no prazo de até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- c) a administração tem o prazo de até cinco dias úteis para julgar e responder às impugnações sobre o instrumento convocatório.
- d) somente os licitantes podem representar ao Tribunal de Contas sobre irregularidades em procedimento licitatório, em virtude do seu interesse de agir.
- e) a inabilitação do licitante não importa em preclusão do seu direito a participar das fases seguintes.

25. A revogação do procedimento licitatório:

- a) decorre de ilegalidade superveniente identificada no processo administrativo de licitação.
- b) por decorrer de nulidade encontrada no procedimento, sempre gera a obrigação de indenizar.
- c) induz à revogação do contrato.
- d) pode ser realizada até mesmo após a assinatura do contrato.
- e) decorre de razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

26. A empresa X foi contratada após regular procedimento licitatório para a prestação de serviços no edifício sede do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Iniciou seus trabalhos de maneira regular, cumprindo com os prazos acordados no contrato. Contudo, após o primeiro mês, começou a apresentar lentidão no cumprimento de suas obrigações, de tal maneira que a administração

comprovou que seria impossível a conclusão do serviço nos prazos estipulados. Com base nessa situação hipotética, é possível afirmar que

- a) o contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela administração.
- b) a administração somente poderá rescindir o contrato pela via judicial.
- c) tal situação não acarreta a rescisão contratual, devendo ser fixado novo prazo para conclusão dos serviços.
- d) o contrato poderá ser rescindido, mas somente por acordo entre as partes.
- e) o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, independentemente de motivação e da concessão de contraditório ou ampla defesa.

27. Segundo a Constituição Federal, o titular do controle externo, em seu aspecto contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, é o Congresso Nacional. Porém, esse controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- a) a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- c) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
- d) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- e) a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.

28. José sofreu uma série de danos, patrimoniais e morais, em virtude da ação de agentes estatais durante uma operação efetuada nas proximidades de sua casa. A ação dos agentes foi comprovadamente exagerada, ultrapassando o exercício regular de suas atribuições. Nesse caso, a reparação do dano:

- a) depende da comprovação de dolo ou culpa dos agentes estatais.
- b) deve ser requerida diretamente ao Estado, vedado o ingresso de ação diretamente em face dos agentes estatais envolvidos.
- c) segundo a jurisprudência dominante, pode ser ajuizada a qualquer tempo, pois é imprescritível.
- d) pode ser requerida em face do Estado, dos agentes, ou de ambos, a critério do interessado.
- e) abrange os danos patrimoniais sofridos pela vítima, mas não os morais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. A Assembleia Legislativa do Estado X publicou a lei “A”, descriminalizando determinada conduta até então tipificada como crime. Já o Estado Y editou a lei “B”, estabelecendo penalidade mais severa para os condenados por outra infração. Pode-se afirmar, em relação aos diplomas legais mencionados, que:

- a) Ambos só serão aplicáveis a situações posteriores à sua vigência.
- b) Apenas a lei “A” poderá retroagir, vez que inova trazendo maiores benefícios àqueles que vierem a cometer a referida infração penal.
- c) A lei “B” é inconstitucional, por instituir penalidade mais gravosa do que aquela anteriormente cominada para a mesma conduta.
- d) Ambos serão válidos, mas não poderão ter seus dispositivos combinados com as respectivas regras anteriores para criar situação mais favorável ao réu.
- e) Ambos são inconstitucionais, independentemente de terem sobrevindo de forma mais benéfica ou não.

30. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei contendo diversas alterações relacionadas à sua organização. Além de propor a ampliação do número de Desembargadores do Tribunal, o documento previa o incremento da remuneração dos juízes a ele vinculados, os quais passariam, também, a ser julgados por um Tribunal Especial ao cometerem crime de responsabilidade. De acordo com a Constituição Federal, o projeto de lei em questão:

- a) É inconstitucional apenas no que diz respeito ao julgamento dos juízes estaduais, que deverá, de acordo com a CF/88, ocorrer perante o Tribunal de Justiça respectivo.
- b) É inconstitucional, já que tais matérias devem ser disciplinadas pela Constituição do Estado.
- c) Fere a Constituição da República, ao violar comando que reserva ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de lei para alterar a organização e a estrutura do Poder Judiciário.
- d) É inconstitucional apenas no que diz respeito à alteração do número de Desembargadores, que é fixado em 25 pela própria CF/88.
- e) Ofende a Constituição apenas no que se refere à remuneração dos juízes, a qual deve ser estabelecida com base no subsídio dos Ministros do STF.

31. Sidney é um advogado de 40 anos que há 15 exerce a profissão, gozando de excelente reputação em seu meio profissional. Jécio, Presidente da República, decidiu destituir Amaraldo, que já se encontrava em seu terceiro mandato consecutivo, do cargo de Procurador-Geral da República (PGR), nomeando Sidney para exercer a função em seu lugar. Pode-se concluir, com base no que determina a atual Constituição, que:

- a) Jécio agiu bem ao destituir Amaraldo, vez que a Constituição permite apenas uma recondução ao cargo, embora devesse ter submetido o nome de Sidney à prévia aprovação do Senado Federal.
- b) A destituição de Amaraldo exige a aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta, sendo a nomeação de Sidney, na qualidade de advogado, inconstitucional.

c) Sidney atende aos requisitos exigidos para exercer a chefia do Ministério Público da União, sendo igualmente regular a destituição de Amaraldo, considerando que o cargo é de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da República.

d) A nomeação de Sidney teria sido válida caso ele tivesse sido submetido à sabatina no Senado Federal, podendo ser reconduzido ao cargo sucessivas vezes.

e) A nomeação de Sidney deveria ter sido precedida de formação de lista tríplice pelo órgão de classe correspondente, mas a Constituição não exige a aprovação de seu nome pelo Senado.

32. Jossara é empregada doméstica e trabalha na residência de um jovem casal. Com o nascimento do primeiro filho dos dois, Jossara passou a trabalhar mais horas do que o habitual, cumprindo parte de sua jornada no período noturno, o que a levou à exaustão física e psicológica. Diante da recusa do pagamento de horas extras e do adicional noturno, Jossara requereu o adicional de insalubridade, tendo em vista as condições em que vinha desempenhando suas funções. Diante de tantas solicitações por parte da empregada, o casal decide despedi-la, não lhe concedendo sequer o aviso prévio. Com base no que dispõe a CF/88, aponte a alternativa verdadeira:

a) Embora devidos os adicionais mencionados e as horas extras, Jossara não tem direito ao aviso prévio.

b) Jossara não faz jus às verbas requeridas, tampouco ao aviso prévio, por ser empregada doméstica.

c) Jossara tem direito ao aviso prévio e deverá pleitear judicialmente os adicionais, bem como as horas extras requeridas.

d) Jossara tem direito ao adicional noturno, às horas extras e ao aviso prévio, mas não ao adicional de insalubridade.

e) Jossara poderá pleitear o adicional de insalubridade, mas não poderá alegar direito ao aviso prévio.

33. Acerca dos princípios fundamentais que regem a República Federativa do Brasil, aponte a alternativa verdadeira:

a) Os princípios fundamentais que se encontram expressamente previstos no texto Constitucional são denominados regras, enquanto que os princípios implícitos são equivalentes às normas constitucionais.

b) Tanto o desenvolvimento nacional quanto o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

c) Todos os fundamentos insertos na Constituição têm eficácia plena e alcançam os entes federal, distrital, estaduais e municipais.

d) O atributo da soberania determina que as normas produzidas internamente prevaleçam sempre que confrontadas com atos normativos internacionais que disponham de maneira diversa.

e) A federação brasileira, ainda que tenha dotado de autonomia os entes que a compõem, permite que os estados participem do processo de formação das leis editadas pela União.

34. Suponha que determinado município tenha editado a lei “A”, dispondo acerca de práticas lesivas ao meio ambiente. Já o Estado X aprovou a lei “B”, estabelecendo normas relativas à responsabilização por dano ao meio ambiente. Consoante o entendimento firmado pelo STF e o que determina a Constituição Federal, é possível concluir que:

a) A lei “A” será válida, caso tenha sido editada nos limites do interesse local e em harmonia com a disciplina estabelecida pela União e pelo respectivo Estado.

b) Tanto a lei “A” quanto a lei “B” devem ser declaradas inconstitucionais, por extrapolarem os limites das competências atribuídas pela Constituição aos entes mencionados.

c) A lei “B” somente poderia ter sido editada caso os estados estivessem autorizados, por meio de lei complementar federal, a regular a matéria.

d) Tanto a lei “A” quanto a lei “B” devem ser consideradas válidas, já que editadas no exercício da competência concorrente de que dispõem os estados e municípios brasileiros.

e) Tanto a lei “A” quanto a lei “B” devem ser consideradas válidas, já que editadas no exercício da competência comum a todos os entes federados.

35. Cledir é empregado público de sociedade de economia mista. Demires foi contratada como temporária pela mesma entidade após regular participação em processo seletivo. Já Olemar foi nomeado para exercer cargo exclusivamente em comissão em determinado Tribunal de Justiça. Os três receberam a informação de que deveriam aposentar-se compulsoriamente aos 75 anos de idade, segundo regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Analisando-se as disposições constitucionais pertinentes, é possível concluir que:

- a) Apenas Demires e Olemar submetem-se ao RGPS, não precisando, portanto, aposentar-se aos 75 anos de idade, já que não prestaram concurso público.
- b) Demires não tem direito à aposentadoria, vez que não ocupa cargo ou emprego público.
- c) Cledir, caso tenha adquirido estabilidade, não precisará aposentar-se aos 75 anos de idade.
- d) Os três estão sujeitos ao RGPS, embora não estejam submetidos à obrigatoriedade de aposentar-se compulsoriamente aos 75 anos de idade.
- e) Olemar é ocupante de cargo público, estando, portanto, sujeito ao Regime Próprio de Previdência Social, embora deva, realmente, aposentar-se aos 75 anos de idade.

36. Félix, senador da República, foi investido no cargo de Ministro de Estado. Em seguida, foi notificado de que, por decisão da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, havia perdido o mandato parlamentar. Inconformado, solicitou maiores esclarecimentos a seu advogado que, atento aos mandamentos constitucionais, deveria informar que:

- a) A perda do mandato de Félix é automática e deveria apenas ter sido declarada pela Casa respectiva, à qual não compete deliberar acerca da adequação da sanção mencionada.
- b) A investidura no cargo de Ministro não gera, por si só, a perda do mandato, mas Félix poderá optar pela remuneração relativa a uma das funções.
- c) Félix poderá perder o mandato por decisão da Casa respectiva, vez que incorreu em vedação à ocupação de cargo ou função pública após a posse no cargo.

- d) A investidura no cargo mencionado é expressamente permitida pela atual Constituição, fazendo o parlamentar jus à remuneração relativa à função de Ministro de Estado.
- e) A perda do mandato dependeria de decisão da maioria absoluta dos membros do Congresso e, nesse caso, Félix seria substituído por seu suplente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. Sobre os princípios do processo civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão processual justa e efetiva.
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- c) No caso de tutela provisória de urgência, é possível que seja proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- d) Os juízes e tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.

38. Conforme o artigo 18 do CPC/2015, "ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico." Este artigo prevê a existência do seguinte instituto processual:

- a) Legitimidade ordinária.
- b) Legitimidade extraordinária.
- c) Capacidade processual.
- d) Sucessão processual.
- e) Representação processual.

39. Jorge e José, amigos, firmaram contrato escrito em que previam que o foro competente para quaisquer disputas que surgissem entre eles fosse o da comarca de São Paulo. Surgindo, posteriormente, disputa em razão de uma certa indenização, Jorge propôs ação no Rio de Janeiro. José, em sua defesa tempestiva, apresentou aos autos o contrato de eleição de foro, afirmando a incompetência relativa do foro e requerendo a remessa do processo à justiça de São Paulo. Sobre a situação, assinale a alternativa correta

- a) O juízo do Rio de Janeiro é incompetente para o julgamento da ação, considerando a existência de eleição do foro de São Paulo.
- b) A competência territorial não pode ser modificada pelas partes, sendo nula a eleição de foro.
- c) É válida e eficaz a eleição de foro, no entanto, o juiz do Rio de Janeiro pode reputar a escolha abusiva, dado que ela se refere a qualquer relação jurídica.
- d) É ineficaz a eleição de foro pois não houve registro do contrato em cartório.
- e) É ineficaz a eleição de foro pois não se refere a negócio jurídico determinado.

40. Assinale a alternativa correta. Não se considera litigante de má-fé quem:

- a) interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
- b) alterar a verdade dos fatos.
- c) deduzir defesa contra fato incontroverso.
- d) interpuser recurso sem procuração nos autos.
- e) proceder de modo temerário em qualquer ato do processo.

41. Assinale a alternativa que indica recurso que NÃO tem previsão no Código de Processo Civil:

- a) recurso especial.
- b) recurso extraordinário.
- c) embargos de nulidade.
- d) embargos de divergência.
- e) agravo interno.

42. São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO:

- a) o cheque.
- b) o documento particular assinado por 2 testemunhas.
- c) o contrato de seguro de vida em caso de morte.
- d) a certidão de dívida ativa correspondente a crédito inscrito na forma da lei.
- e) o instrumento de transação referendado pela Defensoria Pública.

43. Assinale a alternativa correta. No caso de execução por quantia certa, o executado é:

- a) intimado para pagar a dívida no prazo de 3 dias.
- b) citado para pagar a dívida no prazo de 3 dias.
- c) intimado para pagar a dívida no prazo de 10 dias.
- d) citado para pagar a dívida no prazo de 10 dias.
- e) intimado para pagar a dívida no prazo de 15 dias.

44. Agostinho propôs ação de cobrança em face de David. David, antes mesmo de ser citado, tomou conhecimento da ação e apresentou contestação aos autos. Na própria contestação, David apresentou reconvenção, consistente em pedido de declaração de inexistência de relação jurídica com David. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A contestação de David será tida como ato inexistente, já que praticada antes do início do prazo.
- b) A contestação de David será tida como intempestiva, já que praticada antes do início do prazo.
- c) A reconvenção não deve ser conhecida, pois deveria ter sido apresentada em petição própria.
- d) Não há interesse de David em relação ao pedido de declaração de inexistência da relação jurídica.
- e) Não há qualquer vício aparente na contestação apresentada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Renan Araújo**

45. José praticou crime estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa) em desfavor de Maria, sendo este um crime de ação penal pública condicionada à representação. Nesse caso:

- a) caberá à própria vítima ajuizar queixa-crime em desfavor de José, no prazo de 06 meses a contar da ciência da autoria delitiva.
- b) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de José, desde que haja representação da vítima, sendo cabível a suspensão condicional do processo, mas não a transação penal.
- c) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de José, desde que haja representação da vítima, sendo cabível a suspensão condicional do processo e a transação penal.
- d) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de José, ainda que não haja representação da vítima, sendo cabível a suspensão condicional do processo, mas não a transação penal.
- e) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de José, ainda que não haja representação da vítima, sendo cabível a suspensão condicional do processo e a transação penal.

46. José foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de roubo (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa), tendo sido o feito distribuído à 01ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes-RJ. Ao tentar citar José no endereço indicado na inicial acusatória, o Oficial de Justiça verificou que José não mais residia naquele endereço, tendo obtido junto a vizinhos a informação de que José estaria hoje residindo em Barra do Piraí-RJ, embora não se tenha o endereço do réu.

Nesse caso, a citação deverá se dar:

- a) por edital
- b) por carta rogatória
- c) por carta precatória
- d) por hora certa
- e) por carta com aviso de recebimento

47. José foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Apresentadas as alegações finais, o processo foi concluso ao Juiz para sentença, tendo o magistrado verificado que o fato narrado na denúncia corresponde mais precisamente ao crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa) e não estelionato, de forma que a tipificação dada pelo MP ao fato estaria equivocada.

Nesse caso, o Juiz:

- a) deverá absolver José
- b) não poderá condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que haja aditamento da denúncia pelo MP
- c) não poderá condenar José pelo crime de furto qualificado, salvo se houver aditamento da denúncia pelo MP
- d) deverá condenar José pelo crime de furto qualificado, desde que haja aditamento da denúncia pelo MP
- e) poderá condenar José pelo crime de furto qualificado, não sendo necessário aditamento da denúncia pelo MP

48. Acerca das disposições referentes aos sujeitos do processo, analise os itens a seguir:

- I – O Juiz que for amigo íntimo de uma das partes será considerado suspeito, mas não impedido de atuar no processo criminal.
- II – O corréu, no mesmo processo, poderá intervir como assistente de acusação.
- III – As partes poderão intervir na nomeação do perito, indicando, cada uma, dois nomes para que o Juiz escolha.
- IV – Dada a indispensabilidade da defesa técnica no processo penal, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Nesse caso, está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, III e IV
- c) II e IV
- d) III
- e) I e IV

49. No rito do Júri, a absolvição sumária será cabível quando:

- a) houver dúvida sobre a materialidade do fato
- b) houver dúvida quanto à autoria delitiva
- c) restar comprovada a presença de causa de exclusão da ilicitude
- d) houver prova da inimputabilidade penal do agente por doença mental, ainda que não seja a única tese defensiva
- e) houver indícios de que o fato foi praticado amparado por excludente de culpabilidade

50. José e Pedro eram investigados em determinado inquérito policial pela suposta prática do crime de receptação qualificada (pena: reclusão, de três a oito anos, e multa). No curso das investigações, a autoridade policial pugnou pela decretação da prisão preventiva de José, eis que José estaria ocultando provas e, portanto, sua liberdade seria um risco à instrução do processo. O Juízo, acolhendo a representação do delegado, decretou a prisão preventiva de José. Finalizado o inquérito policial, ambos foram denunciados pelo Ministério Público, que ficou silente quanto à necessidade de prisão preventiva de Pedro. O Juiz, então, recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva de Pedro, para assegurar a aplicação da lei penal, eis que havia fundada suspeita de que Pedro estaria intencionando fugir do país.

Nesse caso, é correto afirmar que o magistrado agiu:

- a) corretamente no que tange à prisão preventiva de ambos
- b) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que deve sempre haver manifestação do Ministério Público
- c) incorretamente no que tange à prisão preventiva de José e corretamente no que tange à prisão preventiva de Pedro
- d) corretamente no que tange à prisão preventiva de José e incorretamente no que tange à prisão preventiva de Pedro
- e) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que o crime em questão não admite prisão preventiva

51. Quando houver depreciação material ou perecimento dos bens hipotecados ou caucionados, ou depreciação dos metais ou pedras preciosas, a fiança deverá ser:

- a) reforçada
- b) revogada
- c) cassada
- d) quebrada
- e) declarada perdida

52. José teria, em tese, praticado o crime de ameaça (pena: detenção, de um a seis meses, ou multa) em desfavor de Eduardo, sendo este um crime de ação penal pública condicionada à representação. Na audiência preliminar, José e Eduardo chegaram a um acordo de composição civil dos danos.

Nesse caso, o acordo:

- a) será homologado pelo Juiz, mediante sentença contra a qual caberá apelação, e terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente, acarretando ainda a renúncia ao direito de representação.
- b) será homologado pelo Juiz, mediante sentença irrecorrível, e terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente, acarretando ainda a renúncia ao direito de representação.
- c) será homologado pelo Juiz, mediante sentença irrecorrível, e terá eficácia de título a ser executado no próprio juizado especial criminal, acarretando ainda a renúncia ao direito de representação.
- d) será homologado pelo Juiz, mediante sentença irrecorrível, e terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente, mas não afetará o exercício do direito de representação.
- e) será homologado pelo Juiz, mediante sentença irrecorrível, e terá eficácia de título a ser executado no próprio juizado especial criminal, mas não afetará o exercício do direito de representação.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Amarildo estava na posse de três documentos da Corregedoria. Um provimento, uma portaria e uma ordem de serviço.

Seu chefe imediato solicitou que enviasse o ato de caráter normativo urgentemente e na sequência precisa emitir um documento que serviria para divulgar notícia de interesse geral.

Amarildo deve

- a) Enviar de forma urgente o Provimento e na sequência emitir um Aviso.
- b) Enviar de forma urgente a Portaria e na sequência emitir um Provimento.
- c) Enviar de forma urgente a Ordem de Serviço e na sequência emitir um Ato Reservado.
- d) Enviar de forma urgente o Provimento e na sequência emitir uma Portaria.
- e) Enviar de forma urgente a Portaria e na sequência emitir uma Ordem de Serviço.

54. Acerca dos termos de abertura e encerramento dos livros, assinale a opção correta:

- a) O termo de encerramento poderá ser lavrado juntamente com o de abertura.
- b) É vedada a utilização das contracapas como termo de abertura e encerramento.
- c) A contracapa deve ser numerada.
- d) O termo de abertura terá o número do livro apenas após seu encerramento.
- e) O termo de abertura será assinado somente quando do encerramento do livro.

55. A capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça e apresentará a seguinte coloração para Habeas Corpus

- a) Rosa
- b) Branca
- c) Azul
- d) Verde
- e) Cinza

56. A capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça e apresentará a seguinte coloração para Carta Precatória

- a) Rosa
- b) Branca
- c) Azul
- d) Verde
- e) Cinza

57. A capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça e apresentará a seguinte coloração para Mandado de Segurança.

- a) Rosa
- b) Branca
- c) Azul
- d) Verde
- e) Palha

58. O desentranhamento de peças dos autos

- a) induz renumeração.
- b) não induz renumeração, bastando certificar-se o fato em folha inserida no lugar da que se desentranhou, mantendo a mesma numeração.
- c) induz renumeração, devendo o novo número ser acompanhado da letra "D";
- d) não induz renumeração, bastando certificar-se o fato em folha inserida no lugar da que se desentranhou, mantendo a mesma numeração, seguida da letra "D".
- e) N.D.A

59. As citações e intimações judiciais serão cumpridas, em regra

- a) pelo Diário da Justiça Eletrônico
- b) por Edital
- c) por via postal
- d) pelo Oficial de Justiça
- e) pelo Chefe de Secretaria

60. Um determinado ato foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico no dia 14 de novembro, uma terça-feira. O prazo concedido foi de 10 dias corridos para manifestação do requerido.

O prazo

- a) Começa a contar dia 14 e vence dia 23
- b) Começa a contar dia 15 e vence dia 24
- c) Começa a contar dia 16 e vence dia 25
- d) Começa a contar dia 16 e vence dia 26
- e) Começa a contar dia 17 e vence dia 27



Estratégia

Concursos

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-20-06-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Concursos

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE